

NEGOCIACOES MERCOSUL-EU. SEMOVENDO, A PESAR DE TUDO

Adhemar S. Mineiroⁱ

Diciembre 2017

Em um quadro basicamente em que as grandes negociações de comércio que estavam em curso, como o TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership, a Parceria Transatlântica em Comércio e Investimento, o grande processo de negociação em curso entre a União Europeia e os EUA), o TPP (Trans-Pacific Partnership, Parceria Trans-Pacífico, entre vários países da orla do Oceano Pacífico, capitaneada pelos EUA) e o TiSA (Trade in Service Agreement, Acordo de Comércio em Serviços, entre vários parceiros, como EUA, União Europeia e outros) visando a abertura ampla do mercado de serviços entre os países membros do acordo, empacaram por diversos motivos, os principais deles talvez a má vontade do novo governo estadunidense em seguir com acertos plurilaterais ou mesmo multilaterais, como a própria Organização Mundial do Comércio (OMC) e um ambiente de maior resistência das populações à velha cantilena do livre-comércio que só serve às corporações transnacionais financeirizadas, as negociações entre o Mercosul e a União Europeia seguem se movendo, apesar das dificuldades.

A grande pergunta aqui é por quê? Para começar, o tal Acordo de Associação Bi-regional Mercosul-União Europeia tem três capítulos básicos: diálogo político, livre comércio e cooperação. Como a União Europeia pensa em seguir a sério com uma negociação em que o capítulo de diálogo político tem como base a defesa da democracia e da institucionalidade democrática quando o principal país do Mercosul, o Brasil, se encontra sob um governo que tem sua origem e sua legitimidade questionadas pela violação de princípios básicos da institucionalidade democrática para sua instalação? E quando o próprio Mercosul não sabe em que institucionalidade de fato opera, em função das dúvidas sobre a participação plena ou não da Venezuela como parte do bloco? E, do outro lado, como o Mercosul segue negociando quando não sabe exatamente com quem está negociando, dada a opção do plebiscito ocorrido no Reino Unido pela saída daquele país da União Europeia, o que coloca não apenas uma dúvida institucional – com quem, de fato, o Mercosul está negociando – mas também de abrangência – quando se está falando em liberalização comercial e cooperação, sobre que base de números de fato se está falando, afinal a UE é uma com o Reino Unido, e outra sem ele

Em seguida, é preciso dar uma olhada nos conteúdos da tal liberalização comercial, que parece ser o núcleo do acordo, segundo os próprios negociadores. Aqui, em primeiro lugar, a barganha fundamental é quase colonial: um pouco de abertura de mercados da UE para produtos agrícolas do Mercosul, em troca de amplas concessões nos mercados de produtos industriais, além das áreas de serviços e propriedade intelectual (e, de quebra, na área de compras públicas) pelos países do Mercosul para os parceiros europeus.

Na área de agricultura, a principal demanda do agronegócio da região do Mercosul é a ampliação da cota de carnes. A esse demanda, o agronegócio brasileiro agrega a ampliação da venda de etanol para a União Europeia. O problema não é pequeno, dado o peso político

do agronegócio nos países do Mercosul, Brasil em particular. Do lado europeu, em um momento de crise espalhada por vários países do bloco, implica em impor perdas que tão pouco são politicamente bem-vindas à produção de carnes (e, por tabela, todo o complexo que esta produção articula) no interior do bloco. Liderados pela França, setores ligados à agricultura de vários países, em especial a área do Sul (Espanha, Itália e Grécia), a Irlanda, e os países do Leste Europeu liderados pela Polônia, resistem. Quanto ao etanol, a entrada de etanol a preços mais baixos pode interferir em uma política geral de eletrificação das frotas automotivas, comprando não apenas uma briga com vários países que estão à frente desta política, como no caso também com as grandes empresas automobilísticas europeias que fizeram mais apostas neste sentido. Uma briga boa, politicamente, dos dois lados.

Nas áreas de serviços, estragos ainda maiores podem ser feitos em setores como o financeiro, de educação, saúde, água e saneamento, energia, construção e outros, comprometendo direitos ainda presentes na Constituição brasileira e dos demais países do Mercosul e as perspectivas de desenvolvimento futuro, uma vez que cristalizados em acordos como o que vem se negociando entre o Mercosul e a UE, os custos de mudanças no caso de que governos no futuro resolvam alterar os rumos serão enormes. Vale lembrar que algumas das mudanças representam inclusive limitar ou negar tanto aos parlamentos dos países do Mercosul, quanto aos níveis executivos e legislativos subnacionais o poder de legislar sobre vários temas envolvendo esses temas, que estariam desta forma amarrados por tratados internacionais – uma clara violação da capacidade soberana dos poderes constituídos no Mercosul de decidir sobre o seu futuro.

Outra área sensível é a de compras públicas. Na primeira década deste novo século, países do Mercosul com grandes orçamentos, como Brasil e Argentina, tentaram reimpulsionar os processos de industrialização, nacional e regional, a partir das políticas nacionais de compras públicas. O setor de petróleo, hegemônico pela estatal brasileira Petrobrás, foi claramente um exemplo disso, expandindo sua política de compras no sentido de dinamizar a indústria metal-mecânica regional (fornecedores de peças, máquinas, navios e plataformas, etc.). De olho nessas possibilidades, já em meados daquela década, quase ao final das negociações que travaram a partir de 2004, a União Europeia começou a apresentar demandas de preferências nas disputas por compras públicas nos países do Mercosul, em especial Brasil. E naquela altura os negociadores brasileiros sinalizaram com alguma oferta nessa área, desde que a UE ampliasse sua oferta em agricultura. Esse debate volta agora, na nova tentativa de fechar as negociações, em um quadro em que as compras públicas estão fragilizadas na região pelas políticas de ajuste fiscal. Por outro lado, nesse item normalmente não há contrapartida da UE, uma vez que existe uma complicada situação de autonomia dos níveis nacionais e subnacionais, como regionais e locais, na UE. Além disso, mesmo no caso do Mercosul, as legislações nacionais também preveem autonomias para os níveis sub-regionais, e seria uma violação dessas autonomias qualquer interferência neste sentido.

Finalmente, na área de propriedade intelectual a visão dos dois lados é bastante diferente. No que se refere às chamadas “regras de origem”, a visão europeia é bem estrita, querendo caracterizar suas produções regionais. Por outro lado, levadas essas regras às últimas consequências, os países do Mercosul seriam penalizados com processos de reconhecimento de regras de origem que não reconheceriam o fato de que esses países

receberam emigrantes da Europa nos séculos anteriores (em especial espanhóis, portugueses, italianos e alemães), que trouxeram não só a si, como também técnicas de produção que utilizavam nos seus locais de origem, em especial para alimentos (vinhos, queijos, embutidos, etc.). Na área específica de propriedade intelectual, a visão expressa pela UE é de tentar garantir ao máximo as patentes de suas empresas farmacêuticas (esse é o maior exemplo), em relação a uma visão do Mercosul, e particularmente do Brasil, que coloco a foco em políticas públicas relacionadas a questões de saúde e na possibilidade de garantir seus programas de distribuição de medicamentos de uso continuado (como em casos de hipertensão, diabetes, e SIDA, entre outros), usando para o barateamento dos programas a distribuição de genéricos. Só para dar uma ideia, estimativa do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz)¹ aponta que apenas no caso de uma doença (hepatite C) isso representaria um gasto adicional anual de R\$ 1,8 bilhão (cerca de US\$ 600 milhões). Em um quadro de ajuste fiscal nos países, isso representa quase que uma condenação direta dos pacientes que dependem dessas medicações de uso continuado, apenas para garantir grandes lucros das transnacionais farmacêuticas da UE.

Talvez, portanto, só a quase absoluta falta de transparência dos dois lados do Atlântico e os grandes interesses de um grupo pequeno de poderosas corporações, presentes em setores industriais e de serviços na Europa, ou no agronegócio do Mercosul, expliquem porque o tal Acordo de Associação Bi-regional Mercosul-União Europeia siga sendo discutido, e esteja perto de ser fechado, com complicadas consequências para as populações dos dois lados.

¹ Economista, Técnico do DIEESE, Assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e da Secretaria de Relações Internacionais da CUT.

¹ Em <http://cee.fiocruz.br/?q=node/656>.